

GLOBALIZAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO, EXCLUSÃO

*Valdemar Valente**

As transformações sucessivas no regime de produção e de acumulação capitalista atingem dimensões globais, determinando reestruturações nas relações econômicas, políticas e culturais de âmbito internacional.

Com a globalização, o Estado nacional não é mais a principal referência na economia, mas o elemento que sustenta o grande capital. E uma vez que reflete a dinâmica da sociedade, também as interações espaciais são integrantes do movimento de transformação social.

Sob o signo da revolução tecnológica, globalização e fragmentação expandem-se hoje, acarretando um impiedoso processo de exclusão econômica, política, cultural e étnica. A fragmentação nada mais é do que uma estratégia de fortalecimento da globalização, tendo em vista que ela acontece na dimensão do espaço, do indivíduo e da cultura. No espaço social da globalização, a fragmentação é um instrumento de poder político.

*Professor do Curso de Geografia do Centro Universitário Franciscano.

O modo de produção capitalista

As transformações sucessivas no regime de produção e de acumulação têm permitido ao sistema capitalista atingir dimensões globais, as quais determinam reestruturações nas relações econômicas e culturais em nível internacional, através do desenvolvimento tecnológico e do conhecimento científico, que são as bases do processo de produção.

O modo de produção capitalista fundamenta-se no desenvolvimento tecnológico, uma vez que é ele quem rompe a rigidez do modo de produção, permitindo-lhe maior flexibilização, integração espacial e a exclusão de setores menos preparados.

Para a compreensão desse processo, é necessário entender o mecanismo de internacionalização do capital, acionado por um modo de produção que tem no lucro (a mais valia) o organizador e o propulsor da vida econômica. É preciso compreender também as complexas inter-relações inerentes ao sistema, que lhe possibilitam o funcionamento, conforme seus princípios norteadores num determinado período de tempo, ou seja, até um novo reordenamento.

Embora já houvesse uma expansão acentuada do capitalismo, o processo de internacionalização do capital inicia com o chamado *taylorismo*, no início do século XX, o qual garantiu o aumento da produtividade, mediante a introdução de mudanças na linha de produção e nas relações de trabalho, através do controle do próprio trabalho e das decisões que passam a ser tomadas.

Após a Primeira Guerra Mundial, generalizou-se o taylorismo com a aplicação científica do processo de produção, significando aumento da produtividade do trabalho, centrada com o aperfeiçoamento tecnológico, nos bens de produção. Entretanto o taylorismo primitivo se caracteriza pela alta exploração da força de trabalho, pela expansão da indústria têxtil e eletrônica e pelo fortalecimento das exportações pelos países centrais. De qualquer forma, o taylorismo é considerado o detonador das transformações dos conceitos de trabalho e produtividade que desde então sustentam o regime de acumulação do sistema capitalista.

Nesse contexto, já que o espaço é um resultado histórico social, o local assume importância fundamental a partir das estruturas concretizadas ou estabelecidas nas áreas de produção e de consumo incorporadas.

A partir de 1920/30, as multinacionais passam a investir e a transferir suas filiais para os países do Terceiro Mundo, mediante a instalação de uma linha de montagem que permite a produção em massa, na medida que incorpora ao mercado consumidor uma grande quantidade de pessoas, ao

mesmo tempo em que o processo de produção torna-se organizado, processo esse associado a uma nova fase da internacionalização do capital, comandado pelas multinacionais. Trata-se do *fordismo*, generalizado após a Segunda Guerra Mundial, um regime intensivo de produção, centrado no consumo em massa, mediante a elevação do poder aquisitivo, com a incorporação de muita gente ao mercado consumidor no Primeiro Mundo e pouca no Terceiro Mundo. É um período que se caracteriza pela fixação do salário mínimo pelos Estados, pela criação da Previdência Social, pela gestão autônoma, pela crescente divisão vertical do trabalho, ou seja, pela diversificação profissional, bem como pela rigidez no processo de produção e nas relações de trabalho.

Com o fordismo intensifica-se a internacionalização do capital, com a transferência de unidades ou etapas de processos industriais, com o aumento da dependência tecnológica pelas importações ou transferências para os países periféricos, com a implantação da nova Divisão Internacional do Trabalho. E, com o surgimento dos países de economia intermediária, inseridos no mundo bipolar, em plena fase da guerra fria, o comando de todo o processo recai nas mãos das empresas multinacionais, como nova estratégia de valorização do capital.

O fordismo se caracterizou principalmente pelo uso intensivo de energia, pela implantação de grandes empresas, as quais assumiam desde a extração da matéria-prima até a distribuição para o consumo do produto final, pelo extenso mercado de trabalho, mediante a incorporação de novos trabalhadores. A fabricação ou produção de produtos homogêneos, ou seja, uma produção padronizada, bem como uma linha de montagem com equipamentos especializados requeriam um trabalhador com habilidade também especializada, o qual desempenhava um único papel na linha de montagem. Isso representava um custo muito alto e variável da força de trabalho.

Por volta de 1950, instala-se o *fordismo periférico*, um modelo que reproduziria aquele praticado nos Estados Unidos e em parte da Europa (onde o trabalhador era pensado como produtor e comprador potencial daquilo que produziria), cujo objetivo era construir nos países dependentes uma base consumidora, mesmo com menor poder de compra. Buscavam-se salários mais baixos, reduzidos em relação aos países centrais, bem como novos mercados. Os Estados passam então a desempenhar papel fundamental na expansão do sistema de produção, através dos investimentos realizados na infra-estrutura industrial, como forma de garantir a instalação das linhas de montagens nos países periféricos. Passam também a atuar como mediador entre o capital e o trabalho, normatizando suas relações em benefício do capital. No entanto, não se incorpora a grande massa de trabalhadores ao processo de consumo.

O fordismo periférico se caracteriza pela mecanização dos processos de produção, o que permitiu acumulação intensiva, crescimento do mercado interno e maior produção de bens duráveis, embora aumentasse a dependência tecnológica dos países periféricos.

Paralelamente ao pós-fordismo, na década de 1970, ocorre uma segmentação da força de trabalho, gerando muito desemprego e a exclusão de muitos trabalhadores do processo de produção e consumo. Generaliza-se a terceirização de vários setores da produção e da prestação de serviços, e surgem as cidades mundiais, com papéis bem definidos. O período significa flexibilização no processo de acumulação e no processo de globalização da economia, mediante a implantação de mudanças nas organizações industriais, exigindo maior qualificação profissional. Paralelamente ao desemprego crescente, surgem novos setores de produção, mais sofisticados, novas formas de fornecimento e novos mercados, geralmente fragmentados.

Esse período tem como principais características: o uso intensivo da informação, a desverticalização das grandes empresas, caracterizadas agora pela produção diversificada, o reduzido mercado de trabalho, na medida que exclui muitos trabalhadores; produtos diferenciados, mudanças rápidas na produção, com mercados específicos a determinados grupos sociais, mediante a implantação de um sistema de produção flexível, em que o trabalhador precisa apresentar múltiplas habilidades e buscar constante aperfeiçoamento.

Nesse processo, o trabalho é portanto capital humano extremamente necessário, embora o número de trabalhadores seja reduzido. A organização industrial propõe a descentralização espacial da produção, a redução do tamanho médio das unidades industriais e a dispersão geográfica das indústrias. O elevado desenvolvimento tecnológico, a mobilidade espacial e o fundamental papel da informação garantem a flexibilidade no processo de trabalho e de produção, contribuindo para a garantia de um ritmo mais acelerado ao processo de globalização, cujos principais agentes são mais uma vez as multinacionais e o sistema financeiro.

As conseqüências da flexibilização da economia ou pós-fordismo são a concentração de determinados setores da economia, a descentralização econômica, a desindustrialização de certas regiões, a desintegração dos sindicatos, a segregação sócio-espacial, a internacionalização da economia, a necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada, a exclusão de muitos postos de trabalhos, entre outras. Nesse contexto surgem as cidades mundiais, as quais desempenham o papel de drenagem das informações, quando as analisam e as remetem para outras regiões do mundo. Concentrando uma série de serviços, permitem às multinacionais e aos agentes financeiros a expansão do processo de globalização, facilitada pela flexibilidade dos

mecanismos de trabalho e de produção, pela expansão e modernização dos meios de comunicação e dos transportes, que propiciam a incorporação de novos mercados.

A globalização significa que o Estado nacional não é mais a principal referência na economia. Hoje, a produção e o consumo de bens são pensados em termos globais sem levar em consideração a existência de fronteiras, o que contribui para o enfraquecimento do poder do Estado.

Dimensão espacial da globalização

No que tange à dimensão espacial da globalização, percebemos que é a internacionalização da economia que incorpora determinadas áreas dos países periféricos de forma seletiva e restrita, mediante o uso intensivo da informação e da eletrônica, garantindo ao processo a unificação dos meios de produção, do mercado e do espaço de consumo. As chamadas redes geográficas permitem as interações espaciais, a conexão mais ou menos intensa entre os diferentes lugares. Entendendo seu funcionamento, é possível entender o processo de mundialização da economia que ocorre nos últimos tempos, pois suas evoluções estão associadas à própria evolução do modo de produção capitalista, ou seja, caminham juntas.

As interações espaciais, na verdade, são parte integrante da nossa existência e do processo de transformação social, uma vez que refletem a dinâmica social, assim como as diferenças de lugares face às diferentes especializações, devido às necessidades impostas pelos sistemas; à medida que favorecem uma área em detrimento de outra, contribuem para a ampliação das diferenças, ao mesmo tempo que refletem a dinâmica do capital.

As transformações mais intensas nas interações espaciais acontecem a partir da Revolução Industrial, a qual provocou uma radical transformação nas relações entre os diversos espaços. Essas relações ampliaram-se mediante o aumento da circulação de matérias-primas, de mercadorias, de pessoas, de recursos financeiros e de informações. Redes geográficas cada vez mais complexas e mais abrangentes ampliaram o horizonte espacial.

As redes geográficas são produzidas e/ou ampliadas por poderosos grupos econômicos, associados ou não ao Estado, que atuam de maneira formal ou informalmente, mediante o emprego de tecnologias. Uma rede de supermercado é um exemplo de concretização de rede espacial; um exemplo imaterial seria o próprio sistema financeiro de uma determinada região e expandindo-se para outras, podendo atingir escalas mundiais. Isso significa uma velocidade ainda maior dos fluxos, contribuindo para maior capacidade

de acumulação do capital, bem como para a expansão da globalização e da fragmentação do espaço.

A interação espacial é, na verdade, um mito, uma vez que continuam as desigualdades inter e intra-regionais. No entanto, através das interações espaciais podemos apreender as redes geográficas e, desta forma, melhor compreender o processo de globalização, já que são elas que dão o suporte necessário ao processo em expansão.

Pode-se afirmar que as obras criadas pelo homem, conhecidas por *fixos* e o movimento de pessoas, de bens, de mercadorias e de informações, conhecidos por *fluxos*, são aspectos importantes para o entendimento da organização espacial, à medida que o espaço se organiza ou se reorganiza diferentemente, pois diferentes são os fluxos e os fixos, já que ambos representam a concretização das diferentes capacidades de investimentos, de evolução e de aplicação tecnológica das diferentes sociedades.

A globalização é um processo diferente da homogeneização do território porque globaliza idéias, interesses, valores, padrão de consumo, etc., mas não homogeneiza o espaço pelas diferenças regionais, culturais, econômicas e sociais. Amplia-se mediante o domínio avassalador do capital financeiro e especulativo que investe maciçamente e explora as mais diferentes áreas, especialmente aquelas que apresentam melhores condições de infraestrutura, cuja estratégia foi a formação e a consagração de grandes oligopólios e blocos econômicos com o apoio dos próprios governos, os quais estabelecem leis protecionistas para garantir o domínio econômico e consequentemente político.

Este modelo acaba provocando a exclusão de áreas, estabelecendo as imensas desigualdades espaciais, a mercantilização da vida humana, a venda da força de trabalho por valores miseráveis. Sem falar nos problemas ecológicos, mediante a degradação e poluição da natureza, uma vez que o modelo de desenvolvimento que domina a maioria dos países é um modelo ecologicamente destrutivo, inclusive do próprio homem, como comprova a grande massa de migrantes.

A capitalização do espaço faz parte do processo de globalização e significa a incorporação de novas áreas ao processo produtivo mediante a ampliação do espaço de produção e do espaço do consumo. Através do emprego de novas técnicas e novos produtos, significa também a exclusão de setores de atividades, a miséria de muitos trabalhadores, a concentração dos meios de produção. A artificialização espacial, embora representada concretamente, é uma prova evidente da busca permanente de reafirmação de um processo impreciso, contraditório e imprevisível. No entanto, é-nos mostrado como uma alternativa, a mais viável, de desenvolvimento e resolução dos problemas mundiais.

Globalização, fragmentação, exclusão

Do século XIV ao XVIII, operava-se com a comercialização da natureza, devido à pouca evolução técnica. No século XVIII, surge a máquina a vapor na Inglaterra, permitindo a construção de estradas de ferro e a integração de outras regiões européias decorrendo daí uma acumulação ainda maior do capital, bem como investimentos em pesquisa visando ao aprimoramento dos modos de produção e garantindo o comando de praticamente todo o Ocidente.

O século XIX se caracteriza pela expansão do sistema, mediante a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, no entanto, impondo redivisões entre os diferentes blocos de influência do capital financeiro. O Estado contribuiu para a universalização dos mecanismos de gestão que acabaram por fortalecer o capital, ao mesmo tempo provocando o enfraquecimento do papel que representavam as fronteiras políticas, fenômeno esse que permitiu maior expansão e fluidez do capital, pois as fronteiras políticas são rompidas para o crescimento do comércio.

A difusão do sistema globalizador provoca a fragmentação do território. A Primeira Grande Guerra não passou de um conflito entre os imperialismos da época (Inglaterra, Alemanha e Itália), preocupados cada um em assegurar sua supremacia e estabelecer mais concretamente a fragmentação territorial. É a Segunda Guerra Mundial que marca o início efetivo do processo de globalização vigente, determinando o fim do sistema colonial e o fim da Europa como potência absoluta, quando duas potências emergem, os Estados Unidos e a Rússia, deslocando-se geograficamente a área de decisões econômicas e políticas. O mundo torna-se bipartite, eclodindo a chamada guerra fria, a partir da configuração de dois blocos de poder, o capitalista e o socialista, capitaneados respectivamente pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e pelo Pacto de Varsóvia.

A globalização toma vulto a partir de 1960, apoiada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT), tendo a colaboração das políticas neoliberais implementadas em alguns países, as quais desregulam e flexibilizam o capital, ou seja, facilitam a entrada e a ação de capitais nesses países. Com isso o capital se acumula nos Estados Unidos e Canadá, na Europa Ocidental e no Japão, os quais detêm o controle do mundo, mobilizados que são por imensas empresas transnacionais, pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano Regional de Desenvolvimento (BIRD).

A globalização é vista atualmente como produto da expansão cada vez maior do capitalismo, bem como da sociedade de consumo. A lógica do

sistema é expandir-se reordenando os espaços já consolidados, desterritorializando-os. As pessoas saem de um determinado lugar e investem noutra. A nova área é reterritorializada, ou seja, incorporada ao processo produtivo, estabelecendo-se em definitivo em novo território.

No entanto, a globalização tem como característica fundamental a revolução tecnológica e gerencial, levada adiante pelos países mais ricos e por alguns setores mais avançados de países do Terceiro Mundo. O mercado, com sua lógica absolutista, instaura-se como lugar de troca e de concorrência onde sobrevive o mais competente ou mais forte, o que acaba gerando a exclusão ou a morte dos mais fracos e menos competentes.

A partir de 1985, ocorre uma ruptura do modelo socialista e, a partir desse fato, a fragmentação do território atinge o paroxismo. A técnica evolui muito enquanto a miséria se intensifica, bem como a xenofobia. O que importa agora é a circulação da informação.

Com o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, surge uma nova ordem mundial, com caráter de multipolaridade, mediante a proliferação de movimentos e conflitos étnicos e religiosos, os quais se contrapõem ao processo de globalização.

Portanto, o período atual marca-se pela expansão do processo de globalização e pela fragmentação territorial, características do mundo após a guerra fria. De um lado ocorre a globalização econômica, através principalmente dos grandes grupos econômicos e do aumento do mercado consumidor de alguns produtos padronizados mundialmente, apoiados pela imensa disponibilidade de informações e por uma propaganda maciça; de outro lado, ocorre a fragmentação cultural e espacial, pelas reações ao processo.

Que lógica comanda esse mecanismo ambíguo?

A economia mundial caracteriza-se pela interdependência entre as economias nacionais e a tendência é de se sobrepor a elas e às tradicionais soberanias geográficas. O grande capital avança sobre a periferia do mundo capitalista, associado aos estados nacionais ou às grandes empresas do Terceiro Mundo, moldurando a organização do espaço, uma vez que desestrutura a produção no território nacional, pois a nação já não é mais o lugar onde são determinadas as condições de acumulação e sim uma região que recebe funções particulares do centro de decisões, a serviço de um conjunto de firmas multinacionais.

Segundo diversos autores, a fragmentação estaria conjugada com a globalização, visto que a fragmentação é uma forma de se contestar a própria globalização. No entanto, a fragmentação é integradora, pois fragmenta para melhor globalizar, ou seja, divide para melhor integrar. Essa divisão torna-se visível diante do surgimento de blocos econômicos, entre outros

fatores. Na verdade, a fragmentação (produto da globalização) acaba excluindo e os excludentes acabam se contrapondo ao processo de globalização. Exemplos disso são as reações ecológicas com relação à degradação ambiental e a defesa das minorias que começam a ganhar força.

A exclusão não é só econômica, mas também política, uma vez que não inclui todos os segmentos sociais e econômicos; cultural, quando determinadas civilizações não interessam ao processo e quando as minorias são esquecidas, além de étnica, quando grupos raciais são “incapacitados” para o empreendimento. A revolução tecnológica é o fator básico de exclusão, porque a exclusão está ligada principalmente à força de trabalho, que é exercida pela máquina.

A globalização é também diferenciada, tendo em vista que estabelece a fragmentação, incluindo ou integrando áreas, setores, classes ou grupos econômicos, blocos na economia, incrementando a terceirização para a prestação de serviços por um grande número de empresas, a implantação do trabalho temporário, que, por sua vez, significa eliminação de vantagens sociais adquiridas após longo período de lutas e conflitos sociais. Assim, a globalização é um processo excludente, pois cria o desemprego estrutural, as redes ilegais que minam o poder constituído, enfraquecendo a atuação do Estado no setor social e na regulamentação do mercado. É um processo desintegrador, uma vez que estabelece a resistência ao próprio processo de globalização, através de práticas conservadoras como é o caso do fundamentalismo religioso, ou de práticas progressistas, como é o caso de organizações não governamentais (Anistia Internacional, Greenpeace).

No processo de globalização, o Estado é o elemento que alimenta o capital. Inicialmente, financiando a infra-estrutura necessária à expansão do capital, desemboca muitas vezes em crise fiscal mediante o aumento da dívida, que causa enorme impacto na estrutura do próprio Estado, enfraquecendo-o e provocando sua própria insolvência. Políticas monetárias mal conduzidas contribuem para a falência de empresas e o desemprego, tudo isso significando uma drástica redução na arrecadação de impostos, comprometendo os investimentos comumente realizados pelo Estado.

A situação econômica mundial é portanto muito mais complexa que em qualquer outro momento da história. A revolução tecnológica baixou os custos de produção, mas empobreceu milhões de trabalhadores. Também é possível afirmar que, anteriormente, havia tantos sistemas tecnológicos quantos eram os lugares e que hoje os meios técnicos e os científicos encontram-se em quase todos os lugares do planeta, que são chamados ou convocados a colaborar no processo de globalização da economia, razão por que o espaço da produção vai-se uniformizando, à medida que os modos

de produção primitivos ou pré-capitalistas vão cedendo lugar ao modelo hegemônico.

Dessa forma, o processo de globalização é muito questionado. Na verdade, é um modelo inerente ao capitalismo e não um processo recente. Nesse modelo não existe livre mercado, nem regulamentação econômica e, sim, desregulamentação, oligopólios e blocos econômicos que controlam o processo, já que o mundo nunca teve tantos Estados-Nações e problemas de definições de fronteiras como atualmente.

As conseqüências da globalização são incertas, mas expectativas já existem, ou seja, a formação de uma nova espécie de processo social, uma civilização genuinamente transnacional, como por exemplo, um mesmo padrão de consumo, de aspirações, de comportamentos, mas não uniforme, devido às diferenciações existentes entre os países, entre as regiões e entre as sociedades.

O mundo está em guerra. Uma guerra global, que subjuga e escraviza os povos pelo poder tecnológico. Tal processo faz um povo pensar que é feliz, enquanto sua nação, suas riquezas, a sociedade e suas instituições se subordinam à vontade de poderosas organizações internacionais a serviço do poder econômico de países ou de grupos dominantes.

Nesse contexto, apenas uma parcela restrita e seletiva da sociedade tem acesso às inovações da tecnologia que abrange um circuito altamente concentrado, apoiado pelo capital financeiro e pela informática. Também não existe plena liberdade de deslocamento, uma vez que o acesso a vários pontos do planeta diminui no dia-a-dia pelas restrições estabelecidas.

A ação internacionalizante do poder econômico, enfraquecendo o nacionalismo, não está assentada somente no domínio dos recursos naturais, ainda existentes nos países periféricos, no controle das fontes energéticas, mas sobretudo, no domínio hegemônico das telecomunicações e da telemídia, da informática, da robotização, da cibernética, etc., além dos centros de ciência e pesquisas, geradoras de massa crítica e suportes das tecnologias de ponta.

As implicações gerais da globalização do capital são sua intensificação crescente, um aumento da qualificação da força de trabalho e uma rápida depreciação do capital acumulado, seguidos do declínio do nível de emprego, e da formação de uma classe de elite transnacional, altamente especializada no gerenciamento dos negócios e serviços.

O processo de globalização que fragmenta e exclui está condenado ao fracasso, tendo em vista as dimensões globais que estabelece no que tange à miséria, à fome, a problemas ecológicos, etc., uma vez que o monetarismo se firma fortemente. No entanto, é o que sustenta os interes-

ses financeiros e industriais dominantes, pois sequer existe a preocupação de proteger as economias, a ecologia, a sociedade e os interesses nacionais.

Na verdade, são necessárias reformas fundamentais no atual modelo de expansão do capitalismo global, caso contrário estará sujeito a um retrocesso ou a uma reatualização de valores tradicionais pelas adversidades e resistências que se fazem sentir.

As mudanças devem contemplar a estrutura e o funcionamento das grandes corporações, estabelecendo novas regras ao comércio mundial, regras que favoreçam não apenas os países desenvolvidos ou os grandes grupos econômicos. Paralelamente, deve-se reformular o direito de propriedade intelectual, valorizando o individual e não apenas os principais grupos econômicos. É preciso alterar a ordem dos fluxos de capital entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, já que hoje ocorre uma sangria no sentido periferia-centro, inibindo qualquer tentativa de investimentos por parte dos países periféricos. Ou seja, é necessária uma total reformulação do panorama mundial que estabelece as diretrizes e as relações entre setores da sociedade e da economia, tanto em nível nacional quanto internacional.

Da mesma forma, a política macroeconômica, dentro de um processo de reformulação, deve responder à estrutura da superprodução mundial, desenvolvendo estratégias que estimulem a demanda nas mais remotas áreas do planeta, democratizando o consumo e aliviando a pobreza através de um melhor aproveitamento e valorização do trabalho humano, mediante uma distribuição mais equitativa da renda intra e inter países e o perdão da dívida externa dos países subdesenvolvidos, para que possam resgatar a capacidade de investimentos.

A globalização da economia começa a preocupar a todos os setores da atividade econômica, à medida que acentua as diversidades e as desigualdades em uma sociedade globalizada. Assim, o tribalismo, o nacionalismo e o regionalismo, bem como o colonialismo e o imperialismo continuam presentes em todo o mundo. No entanto, essas realidades adquirem outros significados e outras dimensões em decorrência dos processos e das estruturas que movimentam a sociedade.

Sendo a globalização um novo ciclo do capitalismo, como muitos estudiosos afirmam, trata-se, portanto, de uma realidade inquestionável, a qual desafia práticas e ideais, situações consolidadas e interpretações sedimentadas e formas de pensamento.

De 1945 até 1970, a economia mundial teve um período de prosperidade. Para alguns países periféricos, foi possível uma acumulação de capital, na medida que reproduziram integralmente o paradigma das modernas sociedades ocidentais. No entanto, o tardio desenvolvimento industrial re-

produziu as desigualdades do capitalismo. Mediante a adoção de políticas concentradoras de renda e socialmente excludentes, também provocou uma desarticulação das formas de produção e da própria sociedade, acarretando uma grande mobilidade social, através das migrações, sem que ocorresse integração aos novos padrões de produção/consumo. Os países subdesenvolvidos viram escasseadas as possibilidades objetivas de escolherem os caminhos de seu desenvolvimento. No plano sócio-político a reestruturação vem destruindo a racionalidade jurídico-política dessas nações, bem como diferentes instituições estatais e civis. Destruiu também o estatismo burocrático do modelo soviético, provocando uma crise sem precedente dos estados planejadores do desenvolvimento além do padrão de bem-estar social. A economia global encontra-se portanto em uma perigosa encruzilhada, na medida que a reestruturação econômica conduziu os países periféricos à fome e ao brutal empobrecimento de grandes parcelas da população, visto que essa nova ordem financeira internacional se alimenta de baixos salários e da pilhagem do meio ambiente.

Ironicamente, a globalização da pobreza ocorre numa época de notável progresso técnico nas áreas de produção, das telecomunicações, dos computadores e da biotecnologia. Dessa forma o aumento dos níveis de pobreza mundial não pode ser atribuído a uma escassez de recursos econômicos, pois a capacidade produtiva é imensa e a economia global da mão-de-obra barata se afirma sobre elevados índices de desemprego e baixos salários. Novas linhas de montagens robotizadas são abertas em várias regiões do planeta enquanto se demitem os trabalhadores. Este empreendimento global minimiza mundialmente os custos com a mão-de-obra através da subconcentração.

Portanto, a fome não é mais a conseqüência de “uma escassez de comida”, mas sim explode como resultado direto de uma superabundância global de gêneros alimentícios. Aliás, os excedentes norte-americanos e europeus são usados para destruir os produtores e desestabilizar a agricultura. A segurança alimentar e os agricultores independentes estão, na verdade, subordinados às exigências dos monopólios globais de alimentos.

Quanto mais forte a recessão, mais os bancos internacionais e os monopólios globais tomam conta da economia mundial. O grande capital destrói o pequeno em todas as suas formas, extirpando o empresariado local e regional com a formação de grandes blocos econômicos, já que o “livre comércio” e a integração econômica proporcionam mobilidade para a iniciativa global, na medida que vão suprimindo o movimento do pequeno capital.

Os programas de reformulação econômica impostos pelo Fundo Monetário Internacional favorece o enriquecimento de pequenos grupos dos

primeiros escalões governamentais, bem como de um pequeno segmento da sociedade, às custas do empobrecimento da grande maioria da população. Por outro lado a desintegração das nações com a política macroeconômica crescente, transforma as economias nacionais em territórios economicamente abertos, tendo na produção e na comercialização ilícitas as principais fontes de operações cambiais no exterior.

A hierarquia entre os países inseridos na economia global confunde-se com uma escala de profundas desigualdades sociais, as quais têm perdurado ou mesmo agravado com o avanço do processo de globalização econômica.

Observamos também novos processos de produção de mercadorias com a incorporação de tecnologias de ponta, permitindo assim uma parcialização da produção em componentes fabricados em plantas industriais distintas, e com frequência localizadas em países diferentes, selecionadas em função de “vantagens comparativas” de custos relacionados. Percebe-se ainda, nas grandes transnacionais, uma forte tendência à terceirização de seções ou subcontratações de firmas externas, reduzindo o número de empregos diretos, visando maximizar os indicadores relativos à produtividade.

Na verdade, só é possível entender o mundo moderno quando se compreender o papel do lugar, pois nele se manifestam os desequilíbrios, os conflitos e as tendências da sociedade, tendo em vista que o mesmo permite uma articulação com o mundo, através do uso e consumo, do viver e habitar, da reprodução da vida humana. O lugar representa uma multiplicidade de relações, daí a importância de se pensar o espaço.

A partir do exposto, conclui-se que a globalização visa à expansão do processo produtivo de forma hegemônica (porque se baseia no mesmo paradigma tecnológico), e do mercado consumidor, que periodicamente redefine suas estratégias de ação como forma de estimular e incentivar a acumulação do capital. Conclui-se também que o processo de globalização é restrito, seletivo, excludente e fragmentado, pois escolhe e restringe determinadas áreas para serem incorporadas ao processo produtivo, excluindo setores econômicos e grupos sociais, fragmentando o espaço como alternativa de expansão mas, se não reformular suas diretrizes, corre o grande risco de fracassar, tendo em vista os graves problemas que está produzindo, como a expansão, da miséria, do desemprego e da degradação ambiental. Enfim, a fragmentação nada mais é do que uma estratégia de fortalecimento da globalização, tendo em vista que ela acontece na dimensão do espaço, do indivíduo e da cultura. No espaço social da globalização, a fragmentação é um instrumento de poder político, pois divide e separa para reinar triunfante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Imperialismo e Fragmentação do Espaço*. São Paulo: Contexto, 1991.
- SANTOS, Milton, et al (org). *O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- VESENTINI, José William. *A Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Ática, 1996.